

O tesouro de João Daniel (As origens da ansiedade amazônica II)

Categories : [José Augusto Pádua](#)

Aqueles que desejam estudar a evolução dos olhares, representações e imagens da Amazônia no universo cultural da modernidade – na verdade, a própria construção histórica da idéia de “Amazônia” - possuem agora um instrumento extraordinário. Trata-se de um dos grandes lançamentos editoriais dos últimos anos, apesar de ter passado um tanto despercebido pelo eixo cultural Rio - São Paulo. Estou me referindo ao livro **O Novo Éden: A Fauna da Amazônia Brasileira nos Relatos de Viajantes e Cronistas desde a Descoberta do Rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)**, cuja segunda edição, revista e ampliada, foi publicada pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em 2002. Apesar de ter sido organizado por quatro zoólogos - Nelson Papavero, Dante Teixeira, William Overal e José Pujol-Luz – que, naturalmente, privilegiam em seus comentários as indicações históricas sobre a variedade e dinamismo da fauna regional, o livro simplesmente reúne em um só volume o essencial das crônicas e memórias dos primeiros séculos da penetração européia na região.

Uma boa parte dos documentos, incluindo vários textos de difícil acesso, retirados de livros raros e antigos, é transcrita de forma integral, enquanto que outros são selecionados segundo a relevância das suas informações sobre a natureza local. Vale mencionar, além disso, o cuidado exemplar dos organizadores com o tratamento crítico do material editado, apresentando da forma erudita a história da elaboração e publicação de cada um dos trabalhos.

Pela leitura do **Novo Éden**, [como afirmei na coluna anterior](#), fica clara a presença marcante dos escritores eclesiásticos na constituição das primeiras imagens da região. Seria um grande erro, no entanto, supor a existência de uma homogeneidade simples nos escritos desses missionários católicos. Ao contrário, eles configuram uma tradição bastante complexa, que é necessário contextualizar. Antes e durante o longo processo de construção histórica da figura do naturalista leigo e profissional, que veio ganhando um contorno mais definido entre os séculos XVII e XIX, os intelectuais da Igreja dedicaram-se a coletar e sistematizar informações sobre a natureza e os habitantes nativos dos novos mundos que estavam sendo alcançados, e na verdade criados, pela expansão européia.

Ainda no século XVI, apenas no contexto da América Latina, padres jesuítas estavam produzindo obras tão importantes quanto a “Historia Natural y Moral de Las Indias” de José de Acosta e os tratados “Do Clima e Terra do Brasil” e “Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil” de Fernão Cardim. É verdade que entre 1637 e 1644, durante o governo de Maurício de Nassau em Recife, atuaram no Nordeste do Brasil naturalistas profissionais europeus como Willem Pies e Georg Marcgrave. Mas não se deve esquecer que, mais de uma década antes, o franciscano Frei Cristóvão de Lisboa estava organizando a série de notas e desenhos que comporiam o manuscrito

da “História dos Animais e Árvores do Maranhão”, apenas publicada em 1967.

Pode-se argumentar que os textos históricos e descritivos produzidos por intelectuais eclesiásticos na América colonial apresentaram, de maneira geral, um objetivo comum: compartilhar informações e propostas que favorecessem o duplo processo de colonização e de catequese, entendidas acertadamente como dois lados da mesma moeda (apesar da existência de um complexo jogo de convergências e divergências entre representantes da Igreja e autoridades coloniais). É fundamental observar, no entanto, a variedade de percepções e propostas que podiam existir no âmbito dessa estratégia comum.

No que se refere à Amazônia, especialmente, é necessário destacar um documento extraordinário que apresenta uma clara transição entre a mentalidade missionária tradicional e a nova postura reformista e ilustrada que começará a aparecer no final do século XVIII, particularmente com a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira (que será examinada na próxima coluna). O documento que tenho em mente, que nunca será demais realçar, é o **“Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas”** de João Daniel, escrito entre 1757 e 1776. Apenas alguns capítulos do mesmo são reproduzidos na coletânea mencionada acima. Mas a versão integral, com um total de 1259 páginas em dois volumes, foi recentemente re-editada (Contraponto Editora, Rio de Janeiro, 2004).

O Padre João Daniel, um jesuíta português nascido em 1722, dedicou os últimos anos da sua vida a redigir memórias e reflexões sobre as décadas em que viveu na Amazônia. Sua história de vida, de fato, confundia-se com o mundo do Maranhão e do Grão-Pará, aonde chegou com menos de vinte anos, realizou seus estudos, tornou-se padre e viveu nas fazendas e missões dirigidas por seus companheiros de ordem em plena floresta. Até aí não se pode observar nada de inusitado. Existem três fatores, porém, que tornam o trabalho muito singular: as condições de produção, a abrangência e o sentido político da obra.

Em 1757, no contexto do aumento das tensões entre a Companhia de Jesus e o governo do Marquês de Pombal, que culminaria dois anos depois na expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses, o Padre Daniel foi preso e deportado para Portugal junto com nove outros eclesiásticos. Acusado de ofender o governador Francisco de Mendonça Furtado, meio-irmão de Pombal e executor do seu projeto econômico para a Amazônia, ele permaneceu enclausurado até o ano de sua morte, em 1776. Ou seja, o autor escreveu seu volumoso tratado, com mais de mil páginas manuscritas, sem consultar bibliotecas e sem participar de debates intelectuais, valendo-se apenas de uma oferta escassa de papel e da possibilidade de trocar informações com seus companheiros de prisão, mesmo assim de maneira parcial e indireta. Apesar do proverbial cultivo jesuíta da “arte da memória”, o longo confinamento produziu claras limitações à realização do trabalho. Ao comentar as “muitas tintas preciosas” existentes na Amazônia, por exemplo, o autor reconheceu que “não sei o nome de todas; nem as espécies de muitas, e como estou enterrado, não posso informar-me nem dos práticos, nem dos livros”.

As péssimas condições de produção tornam ainda mais inusitado o escopo definido para a elaboração do livro. O Padre Daniel colocou-se o desafio de escrever um tratado vasto e completo, uma verdadeira enciclopédia da Amazônia setecentista. E conseguiu, em grande parte, realizar este projeto. Mais ainda, logrou fazê-lo através de uma escrita lúcida e, muitas vezes, irônica e graciosa. É o caso da comparação histórico-geográfica utilizada para descrever a grandeza do Rio Amazonas: “Se Julio César prometia ceder o império a quem lhe mostrasse a fonte do grande Nilo, qual seria o prêmio a quem lhe apontasse a fonte do máximo Amazonas, em cuja comparação aquele se avaliaria pigmeu, ou pequeno regato, e envergonhado, por não poder correr parêlhas com este, fugiria a esconder-se na sua pequena mãe” ? Ou então, mais adiante, quando o autor reconhece, após apresentar uma longa lista das opções de pesca na região, a sua incapacidade para dar conta do que hoje chamaríamos de “biodiversidade amazônica”, exclamando que “basta já de peixe, sendo verdade que ainda não disse nem o dízimo das espécies diversas que cria o Amazonas”.

O estilo do autor, ao discorrer sobre os acidentes geográficos, caças, frutas, madeiras, ervas, minerais e outros aspectos da rica natureza regional, apresenta um saboroso ecletismo setecentista, onde se misturam observações empíricas, citações de escritores clássicos, alusões mitológicas greco-romanas e pregações moralistas católicas. A mitologia local e a cultura popular em processo de construção na Amazônia, através da fusão de elementos ameríndios e neo-europeus, também aparece em muitas páginas, levando Euclides da Cunha a classificar João Daniel como um escritor “imaginoso”. Mas é justamente a conjugação entre a vontade de realismo e a abertura para o maravilhoso que tornam o texto um documento tão representativo dos dilemas do pensamento europeu pós-renascentista no contexto dos trópicos coloniais. O mesmo empirismo que autorizou o autor a refutar as autoridades clássicas - ao afirmar, por exemplo, que a “zona tórrida”, tida como inabitável, era “não só habitável como muito sadia” - também o autorizava a reconhecer a existência das Amazonas, dos homens marinhos e das sereias, com base no testemunho pessoal de índios e religiosos. Ao falar dos animais, por outro lado, as informações zoológicas se misturavam com fábulas moralistas, através das quais era possível retirar lições edificantes para a pregação missionária. Mesmo os aspectos menos idílicos da vida na floresta, como a existência de animais repugnantes, insetos e pragas, foi interpretada em termos ao mesmo tempo pragmáticos e religiosos: “se no paraíso terreal houve uma serpente, não é muito que também o paraíso do Amazonas seja infeccionado de serpentes e outras pragas”.

As vastas informações apresentadas sobre os povos indígenas e seus costumes- incluindo alimentos, danças, músicas, crenças e artigos da cultura material que ainda hoje fazem parte do dia a dia amazônico – revelam uma proto-etnografia complexa e contraditória, que indica os dilemas e ambigüidades presentes no trabalho de catequese. Daniel reconhece que os índios “são gente como as da Europa, menos nas cores, em que muito se distinguem”. Em determinado momento chega a fazer uma difícil operação cultural, ao assumir o ponto de vista dos nativos e questionar a naturalidade com que os luso-brasileiros encaravam a sua servidão: “se viessem os índios a estabelecer-se no nosso Portugal, seria uma grave injúria e manifesta injustiça obrigar os

portugueses a servi-los”. Em outras partes do livro, no entanto, estes mesmos índios selvagens elogiados por sua falta de ambição pela acumulação material, ou pela habilidade das suas técnicas de manejo florestal, são acusados de “só pelas feições parecerem gente”, pois no “viver e trabalhar se deve entender por feras”. Os índios “mansos” e controlados pelos missionários, em outra perspectiva, são freqüentemente acusados de preguiçosos e ingratos, sem que o autor perceba os elementos de resistência cotidiana que parecem estar presentes em algumas das suas ações, como no caso do aldeado que, recusando-se a fazer o serviço pedido por um jesuíta, quando lembrado que havia sido curado de uma doença mortal, contesta: “quem te pediu que me curasses, porque não me deixasses morrer?”.

O terceiro aspecto singular do “Tesouro Descoberto”, especialmente importante para o tema que está sendo abordado, diz respeito ao seu viés político, propositivo e reformista. O Padre Daniel chegou a afirmar que todas as suas descrições sobre a região e seus habitantes eram apenas um “preâmbulo” para as partes finais do livro, onde apresenta uma espécie de plano alternativo de colonização. Como bem demonstrou o historiador Kelerson Costa, em uma tese defendida na Universidade de Brasília sobre as diferentes leituras da Amazônia colonial, o Padre Daniel foi um dos primeiros intelectuais a formular um projeto integrado de ocupação da região, que corrigiria os erros do passado e permitiria que os seus habitantes pudessem “facilmente desfrutar das suas grandes riquezas”. Um potencial que estava sendo abortado pela insistência em adotar métodos exploratórios que requeriam muito esforço e mão de obra, como as queimadas de florestas de terra firme para o plantio da mandioca, fazendo com que apenas alguns poucos grandes proprietários de escravos pudessem desfrutar das riquezas regionais.

Não se pode afirmar, por certo, que as reflexões reformistas de Daniel tenham rompido radicalmente com a tradição de considerar os recursos amazônicos como largamente abundantes, inaugurando uma preocupação crítica mais explícita quanto aos malefícios de seu uso destrutivo. Mas alguns elementos nessa direção, algumas sementes de “ansiedade amazônica, começam a se delinear em seus escritos. Um exemplo desse fato encontra-se na sua crítica à insistência dos colonos em cultivar a mandioca. Em princípio, tal crítica parece preconceituosa e extemporânea. A farinha de mandioca, alimento milenar dos povos da região, é classificada como sendo de “cultura sobremaneira laboriosa”, de “gosto insípido” e cujo “suco é veneno”. O aspecto central da questão, porém, estava no método rotineiro de cultivo da mandioca, baseado na queima das florestas. As queimadas, segundo o autor, eram trabalhosas e pouco compensadoras, dificultando o assentamento de agricultores familiares. O mais importante, além disso, era o fato das queimadas regulares exaurirem os solos no final do ciclo de exploração, impedindo que as lavouras se fizessem “estáveis e permanentes”. Apresentava-se, então, o inconveniente de “avançar todos os anos novos roçados em novas terras, e novas matas, com repetido e anual trabalho que, sendo tão grande, como temos dito, não serve mais do que para aquele ano, e fica perdido para os anos futuros”. Ainda mais grave era o “perigo de acabarem-se as matas, e terras, nos sítios dos moradores, e o verem-se precisados a buscar novas terras”.

Note-se que o que está sendo discutido aqui, ao contrário dos cronistas mencionados na coluna

anterior, diz respeito aos usos da floresta como um todo, e não apenas de certas árvores individualmente valiosas. Trata-se, efetivamente, de um dos primeiros alertas presentes na história da literatura social amazônica sobre o perigo de esgotamento das matas nas propriedades agrícolas, provocado pela continuidade das coivaras. A proposta alternativa de Daniel estava em introduzir o cultivo de trigo e de outras searas européias nas várzeas dos rios, aproveitando a fertilidade natural produzida pelas cheias e abrindo mão do fogo em favor da capina dos solos e do uso de técnicas fáceis e eficazes, como a prática utilizada pelos índios Baré de matar as árvores sem fogo, através de incisões que interrompiam a circulação da seiva.

A utopia de Daniel, para consolidar a colonização e o triunfo do cristianismo na região, estava em facilitar a vinda de famílias pobres da Europa, através da distribuição livre de terras e do re-direcionamento da agricultura para as regiões de várzea. A economia regional deveria transformar-se de extrativista em domesticadora, de tal maneira que as drogas do sertão e as espécies européias aclimatadas pudessem ser cultivadas nos quintais das propriedades familiares. Para facilitar esta nova ocupação do espaço, de caráter menos elitista, seriam necessárias reformas infraestruturais, como a introdução do transporte público fluvial e a disseminação de diferentes tipos de máquinas.

Estamos aqui, portanto, nos primórdios do que se poderia chamar, com muita liberalidade, de uma discussão sobre o projeto mais racional de ocupação da Amazônia. Um conjunto de propostas para implementar formas inteligentes e eficazes, inclusive do ponto de vista da sobrevivência das atividades produtivas no contexto da natureza regional, de utilização dos seus recursos. É triste constatar que, passados mais de dois séculos, a sociedade brasileira ainda está tateando na busca de tal projeto.